Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO
Uma Reforma Administrativa abrangente e corajosa 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Pacote fora da regra fiscal fragiliza mais arcabouço, diz Veloso 5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária aumenta demanda por gestores temporários 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Pressão entre bets e empresas 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
A visão embaçada de Trump sobre Brasília (Artigo) 13

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
SEGURIDADE SOCIAL
Ex-dirigentes defendem incluir CVM na PEC de autonomia do BC 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Supremo julga validade de lei que autoriza divulgação de nome de devedor contumaz 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Ao menos R$ 387 bi podem ficar fora da meta com pacote antitarifaço 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Projeção realista do Orçamento para2026 desafia o governo 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Temas polêmicos na pauta do Legislativo esta semana 22

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Previdência alertou para imprecisão de estimativa de gastos no Orçamento de 2025 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
IA avança no campo da saúde mental, mas não substitui o contato humano 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Sinal amarelo nas contas externas - SERGIO LAMUCCI 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA
LDO ficará para setembro 29

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

RECURSOS - APOSENTADOS 30

Uma Reforma Administrativa abrangente e corajosa

Em meio a motins c vários retrocessos, finalmente surge na Câmara dos Deputados a esperança de avanços numa área fundamental para o país. Nesta semana devem ser apresentados os projetos para uma reforma administrativa bem embasada tecnicamente e com coragem para eliminar privilégios no serviço público.

O presidente da Câmara, Hugo Motta(Republicanos-PB), teve o mérito de ressuscitaras discussões sobre a reforma administrativa cm meio à crise do aumento do IOF. Na sua avaliação, o país deveria buscar soluções estruturais para a situação fiscal, e não apenas continuar aumentando a tributação, como vem fazendo o governo Lula.

Motta então constituiu um grupo de trabalho (GT) para discutir o tema, escolhendo o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) para coordenar as discussões. Depois de ouvir especialistas, representantes de diversas carreiras e dirigentes do Ministério da Gestão e Inovação, o parlamentar carioca deve apresentar nesta semana um pacote de alterações legais que se mostra, â primeira vista, bastante destemido e abrangente.

Na quarta passada, tive a oportunidade de assistir, em nome da Fundação Dom Cabral, ao deputado Pedro Paulo apresentar, a um grupo de reunido pelo Movimento Pessoas à Frente, os principais pontos da nova reforma administrativa.

De cara, chamou atenção o conhecimento do parlamentar sobre o assunto, coisa rara considerando o perfil do nosso Congresso. Por mais de duas horas, o coordenador do GT explicou as motivações para cada uma das 66 propostas de mudanças, organizadas cm quatro eixos (gestão, transformação digital, profissionalização e extinção de privilégios).

Outro ponto de destaque foi a decisão de Pedro Paulo de "jogar no lixo" a PEC n* 32/2020, proposta pelo governo Bolsonaro e que é considerada, de forma quase unânime, um apanhado de idéias ruins para o Estado brasileiro. Em vez de precarizar o serviço público, o projeto do GT promete expandir o Concurso Público Nacional Unificado, limita o percentual de cargos comissionados por órgão, regulamenta a contratação temporária c restringe a terceirização.

Para os servidores concursados, a proposta envolve a unificação de tabelas renunciatórias e a redução do número de carreiras, incentivando a transversalidade e a mobilidade. Outra medida louvável é a padronização dos níveis de progressão em 20 degraus, exigindo uma diferença mínima de 50% entre os vencimentos de entrada e o topo da carreira-tudo isso sujeito a um processo de avaliação de desempenho, c não mais apenas ao tempo de serviço.

Além disso, é uma reforma 3x3: abrange os Três Poderes (Executivo, Legislativo c Judiciário) e os três níveis federativos (União, Estados e Municípios), sem exceções.

Embora condizente com as melhores práticas internacionais e recomendado há tempos por especialistas cm direito administrativo egestão de pessoas, esse conjunto de propostas só conseguirá mobilizar corações e mentes na sociedade se encarar de frente os privilégios de algumas categorias de **servidores públicos**.

Limitar os super salários dos me ombros do Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas e advocacia pública, entre outros, tem o duplo potencial de gerar ganhos fiscais imediatos e ainda aplacara revolta da população com as manchetes praticamente diárias de juizes, promotores c procuradores recebendo boladas de centenas de milhares de reais.

Acontece que para levar essa agenda adiante é preciso coragem para propor algo que desagrade uma casta poderosa e bem articulada.

A se pautar por esse eixo do projeto, coragem não faltou a Pedro Paulo c aos demais membros do grupo de trabalho convocado por Hugo Motta.

A proposta promete atacar as principais regalias que geram os maiores descalabros salariais do Estado brasileiro: acaba com férias de 60 dias para juizes promotores e adicionais por tempo de serviço, proíbe as licenças remuneradas para compensar "excesso de trabalho", veta a "venda"de férias, limita radicalmente o pagamento de indenizações e de verbas retroativas, desidrata os honorários advocatícios c veta fundos públicos ou privados para pagamentos de remuneração. De quebra, o projeto submete os salários dos funcionários de estatais não listadas em

bolsa ao teto do vencimento dos ministros do STFe ainda extingue a absurda aposentadoria compulsória como "punição" para magistrados e membros do Ministério Público.

Pela sua abrangência e razoabilidade, a proposta tem tudo para receber amplo apoio da sociedade, incluindo o empresariado c as categorias da "base" do serviço público.

Só quem não está feliz são as poderosas entidades que representam as carreiras jurídicas c fiscais. Convidadas reiteradamente pelo deputado Pedro Paulo a apresentarem contribuições para limitar pelo menos cm parte seus privilégios como sinal de compromisso com o país, as associações se limitaram a defender suas benesses.

Com um ótimo projeto de reforma administrativa como ponto de partida, o jogo agora é mobilizar a sociedade para que a coragem se sobreponha ao individualismo e à falta de espírito público dessas categorias.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188300?page=1
&section=1

Pacote fora da regra fiscal fragiliza mais arcabouço, diz Veloso

Anais Fernandes e Sérgio Lamucci

O Brasil já possui ferramentas de proteção ao emprego e programas de suporte a pequenas empresas capazes de enfrentar os potenciais impactos do tarifaço dos Estados Unidos, cujos efeitos são mais setoriais que macroeconômicos, avalia o economista Fernando Veloso. Alguma flexibilização adicional das horas trabalhadas pode ser bem-vinda, mas o pacote de socorro anunciado na semana passada pelo governo federal trouxe medidas que têm impacto fiscal e que não podem ser acomodadas no arcabouço, o que fragiliza a credibilidade da regra fiscal, avalia ele, que assumiu neste mês o cargo de diretor de pesquisa do Instituto Mobilidade c Desenvolvimento (Imds), fundado pelos economistas Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central (BC),e Paulo Tafiier.

Nesse contexto de tarifaço, Veloso sugere ser ainda mais importante o Brasil buscar novos mercados, o que também inclui, em contrapartida, reduzir barreiras para a entrada de países no mercado doméstico, reforça. Embora o protecionismo brasileiro não seja a real razão por trás das elevadas tarifas impostas pelo presidente americano, Donald Trump, ele atrapalha o próprio Brasil, diz Veloso.

O economista defende a abertura comercial, inclusive, como forma de aumentar a produtividade e melhorara eficiência da economia brasileira, um tema que Veloso acompanha há anos. Veloso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Ge-tulio Vargas (FC.V EPC.E) e membro do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace). Foi pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, o FGV Ibre, no qual foi um dos coordenadores do Observatório de Produtividade Re-gis Bonelli. Segundo Veloso, houve avanços, nas últimas décadas, na agenda de reformas importantes para a produtividade, porém, a passos ainda lentos, afirma.

Especificamente sobre capital humano, Veloso defende investimentos em educação de qualidade, especialmente na primeira infância, e a necessidade de se compreender quais são os fatores que tornam a mobilidade social tão difícil no Brasil, tema que está no foco do Imds.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: Como avalia os impactos do tarifaço dos EUA sobre o Brasil?

Fernando Veloso: Até pelos defeitos do Brasil, isto é, o fato de ser uma economia fechada, certamente o impacto será bem menor do que, por exemplo, para Canadá e México. É difícil precisar, mas uma estimativa de impacto do tarifaço no **PIB** do Brasil seria uma queda cm torno de 0,2%. Tem um efeito mais setorial do que agregado. De qualquer forma, é um componente ruim em um momento em que a economia já estava desacelerando, mas as expectativas de **inflação** ainda estão desancoradas. Então, mesmo não sendo um impacto tão grande, prejudica o objetivo de a economia continuar crescendo, e a **inflação**, convergindo.

Valor: A resposta econômica do Brasil tem sido apropriada?

Veloso: O Brasil já tem várias ferramentas de proteção. O setor exportador é formal, e os trabalhadores formais contam com FGTS, seguro-desemprego, multa em casos de demissão. Na pandemia, também foram criados programas de suporte de crédito a pequenas empresas, que continuam em vigor. Então, o Brasil já tem programas implementados para auxiliar tanto trabalhadores quanto pequenas empresas, que, possivelmente, poderíam ser complementados com medidas de flexibilização das horas trabalhadas. O Brasil deveria tomar bastante cuidado para não repetir o que aconteceu já várias vezes, de programas serem criados e, depois, existir uma enorme dificuldade para extinguir esses programas. É o caso do Perse, para dar suporte ao setor de eventos na pandemia.

Valor: Por que épreciso tomar esse cuidado?

Veloso: A situação fiscal não permite que seja feito um programa ambicioso de ajuda às empresas. No entanto, o pacote anunciado inclui medidas com impacto fiscal. Como esse impacto não pode ser acomodado no arcabouço, ele ficará fora das regras, o que fragiliza ainda mais a credibilidade da regra fiscal.

Valor: Entre as medidas, o governo fala em abrir novos mercados, mas isso nâo demanda tempo?

Veloso: Seria uma boa solução, mas, certamente, não

vai ser de imediato. O Brasil é um país fechado, com pouquíssimos acordos comerciais, e os poucos que existem são pouco abrangentes. Realmente, os mercados são pouco diversificados. Sc já tivesse ratificado o acordo do Mercosul com a União Européia, por exemplo, já teria a possibilidade de exportar para a UE a tarifas muito mais baixas. Mas o próprio governo questionou esse acordo durante bastante tempo, principalmente o mecanismo de compras governamentais, tentando proteger o setor de saúde e outros da economia brasileira. Isso acabou atrasando a ratificação do acordo. Claro que a UF. também questionou questões ambientais durante o governo [dejair] Bolso-naro. Isso atrasou, e agora, deveria ratificar o mais rápido possível. Além disso, o próprio Mercosul é uma união **aduaneira**, o que coloca vários limites para redução de tarifas de forma unilateral, mas podería ser transformado em uma área de livre-comércio.

O Brasil é país fechado, com poucos acordos, e os poucos que existem são pouco abrangentes"

Valor: O protecionismo econômico do Brasil atrapalha as negociações com os EUA?

Veloso: O Brasil, certamente, tem muitas barreiras. Não é só tarifa elevada. O Brasil tem muitas barreiras nâo tarifárias, políticas industriais de conteúdo local. O Ino-var-Auto, por exemplo, que é um programa de proteção do setor automotivo, foi contestado na Organização Mundial do Comércio (OMC). Então, são coisas que já existem de longa data. Mas a razão para o tarifaço americano em relação ao Brasil não tem nada a ver com isso, na minha opinião. O Brasil tem déficit comercial com os EUA. Supostamente, a razão para as tarifas recíprocas anunciadas em abril era pelos déficits dos americanos com várias economias, e a tarifa seria uma forma de corrigir isso. A razão [para as tarifas dos EUA ao Brasil] é mais de natureza política, ou geopolítica, do que por qualquer razão econômica.

Valor O sr. sempre defendeu a abertura comercial até como uma maneira para aumentar a produtividade e melhorar a eficiência da economia do Brasil. Medidas nessa direção, agora, ficam mais difíceis?

Veloso: Eu acho que agora tem uma razão adicional. Com o mercado americano fechado, o Brasil, precisa, mais do que nunca, de novos mercados, e a forma de fazer isso é abrindo. Outra razão é que esse experimento americano vai mostrar os problemas do protecionismo. Estamos vendo em tempo real nos EUA, e isso traz à tona algo com que o Brasil convive há décadas. Então, acho que o Brasil deveria aproveitar o momento. A globalização nâo acabou, certamente. Apesar do que os EUA estão fazendo, os países continuam querendo fazer comércio e acordos.

Valor Quando o sr. fala em fazer novos mercados, isso envolve o que exatamente?

Veloso: Uma coisa que precisa ficar clara é que tarifa de importação pune principalmente quem coloca a tarifa, não só quem sofre com o aumento da tarifa. Inúmeras simulações de acordos comerciais mostram que, se reduzir tarifas, o Brasil vai exportar mais, porque passaria a importar mais insu-mos intermediários e máquinas e equipamentos de melhor qualidade c mais baratos. Isso, por sua vez, aumenta a competitividade e a economia do Brasil exporta mais. Então, reduzir tarifas de importação é muito importante para poder exportar mais também. São as duas dimensões: abrir mercado lá fora c reduzir tarifas de importação aqui. Politicamente, [reduzir tarifas de importação] é mais difícil, porque nâo é tão visível, mas, sem dúvidas, o Brasil se beneficiaria. Os países importam componentes, adicionam valor e exportam. O Brasil deveria aproveitar o momento e reduzir essas tarifas.

Valor Como a produtividade do Brasil já é baixa, abrir a economia sob essas condições não pode gerar problemas?

Veloso: Não precisa ser tudo de imediato, mas é importante um plano, que já deveria ter sido feito há muito tempo, como nos anos 1990, quando o Brasil fez uma liberalização comercial mais forte. Todosos estudos acadêmicos mostram que a indústria de transformação do Brasil se beneficiou enormemente da redução de tarifas. A competição com as importações, inclusive, incentivou as indústrias a melhorarem seus processos e criarem novos produtos. É claro que alguns setores vão perder, mas isso faz parte do processo de competição. Não tenho dúvidas de que o efeito líquido seria positivo. Vamos fazer o raciocínio inverso: a economia brasileira é fechada há décadas e, mesmo assim, tem produtividade baixíssima. Especificamente, a produtividade da indústria da transformação está caindo, em média, desde 1995. Se proteção garantisse a ideia de que você protege as empresas para que elas desenvolvam suas capacidades e, eventualmente, possam competir no mercado internacional... A própria experiência prática do Brasil ensina que proteção não trouxe a competitividade que era esperada no início.

Valor. Recentemente, houve a aprovação da **reforma tributária**, que tem potencial para ajudar a aumentar a produtividade no longo prazo. Como o sr. tem acompanhado essa agenda de reformas?

Veloso: O Brasil tem esse fenômeno de dar dois passos para a frente e um passo para trás em

praticamente tudo. Vimos vários avanços em crédito, como a criação da TLP [taxa dejuros de mercado do BNDES] e a redução do crédito subsidiado, além do cadastro positivo, Open Finance e o Pix.que é um sucesso. Mas agora o crédito subsidiado está voltando, vão oferecer crédito subsidiado para empresas no contexto do tarifaço. Então, são agendas que acontecem com idas e vindas. A infraestrutura também teve avanços, a lei do saneamento foi uma reforma bastante importante e vemos que vários leilões foram bem-sucedidos. Por outro lado, as agências reguladoras perderam muita autonomia. Ainda tem toda uma insegurança jurídica que, de certa forma, continua presente. O resultado líquido acho que acaba sendo de avanço, mas muito mais lento do que a gente precisa. Além disso, o capital humano é fundamental e mais do que nunca a gente precisa melhorar a qualidade. Estão saindo indicadores, por exemplo, de alfabetização e há Estados com desempenhos baixíssimos. Ou seja, a agenda já é bastante conhecida, de melhorar capital humano, infraestrutura, crédito, mas sempre avança muito lentamente e, quando a gente olha o Congresso agora, ele parece se preocupar com outras questões.

Valor: Como tem evoluído o capital humano no Brasil?

Veloso: O Robcrt Lucas, que ganhou o prêmio Nobel de Economia em 1995 e foi meu orientador em Chicago, tem um livro em que ele expressa a opinião de que a essência do crescimento econômico moderno foi o capital humano. Não tem como transformar um país como o Brasil ou os Estados Unidos, que já passaram por esses processos no passado, sem afetar o dia a dia das pessoas. Isso tem a ver com a mobilidade social, e é isso que eu faço no Imds, tentar entender o que restringe as decisões da pessoa se educar, dado que os benefícios da educação são tão grandes. Isso depende de uma série de coisas que, sabemos, têm relação com a qualidade do serviço do setor público, as enormes restrições de renda das famílias mais pobres, aspectos territoriais. No Brasil, existe uma enorme heterogenei-

dade de mobilidade social dependendo de onde a pessoa nasceu. Ou seja, às vezes, pessoas com o mesmo nível de renda, a mesma escolaridade, as mesmas condições socioeconômicas, dependendo de onde elas nasceram, têm probabilidade de ascensão social completamente diferente. O problema do Brasil não é só a desigualdade elevada, é a baixa mobilidade; quem nasceu pobre permanece pobre e seus filhos também. Agente precisa transformar a vida das pessoas. A primeira infância é um tema fundamental.

Valor: O governo publicou neste mês decreto para uma política nacional da primeira infância...

Veloso: Parece ambiciosa, no aspecto de ser intersetorial, de olhar não só a educação, mas saúde, segurança, discriminação, assistência social. Acho que também tem a intenção de usar dados c cruzar informações para fazer com que todos esses programas de educação, saúde, assistência sejam coordenados. Acho que tem idéias boas ali. Mais uma vez, o desafio é a implementação. Hoje, o quadro micro é melhor do que o macro.

"Uma coisa que precisa ficar clara é que tarifa de importação pune

principalmente quem coloca a tarifa"

Valor: Como assim?

Veloso: Tenho visto muitos Estados e municípios do Brasil tentando resolver isso, com programas ambiciosos de educação, usando ferramentas modernas, de big data, machine learning, coisas com as quais a gente trabalha no Imds também, para tentar entender o desempenho dos alunos e desenhar programas capazes de reduzir a reprovação e a evasão escolar. Tem muita coisa acontecendo de positivo nos entes subnacionais.Embora agentesaiba que a educação no Brasil tem inúmeros problemas, tem muita gente capaz e tentando encontrar soluções de forma bem mais simplificada.

Valor. Estamosfalando de um tema bastante estrutural. Tem uma questão que o sr. já comentou que é estrutural no Brasil, mas que também é conjuntural, que é a fiscal. Quais são as perspectivas para o atual arcabouço fiscal?

Veloso: Eu acho que ele já morreu. Novas despesas estão sendo criadas a toclo momento e a saída que tem sido encontrada é tirá-las cio limite de gastos, da meta de resultado primário, como se isso fosse resolver alguma coisa. Aí, as metas perdem complctamente o sentido. Quando olhamos as projeções de crescimento da dívida, está bastante claro que ela vai continuar crescendo nos próximos anos e não vejo muita perspectiva de estabilização, muito menos de redução. Vamos ter de lidar, ccrtamcn-te, com um novo arcabouço fiscal no início do próximo governo. Algo que realmente seja voltado para estabilizar a dívida pública. Não adianta acreditar numa ficção de criar um sistema em que tudo que é relevante começa a ficar fora do arcabouço. É questão de primeira ordem esse problema. A incerteza continua elevada e, em um ambiente assim, é muito difícil ter crescimento da produtividade. Já é bastante conhecido que a incerteza elevada é muito negativa para investimentos. O fiscal não necessariamente gera crescimento de produtividade, mas, sem ele, é

praticamente impossível.

Valor: E quais devem ser as prioridades para um próximo ordenamento fiscal?

Veloso: É preciso enfrentar a questão do crescimento do gasto obrigatório, as vinculações ou ao salário mínimo ou à receita, como no caso de saúde e educação. O Brasil tem algo que nâo existe em outros países, que é o salário mínimo afetar a Previdência também. Ele tem impactos muito grandes na Previdência e, com os aumentos que ocorreram nos últimos anos, surgiu um problema sério. Isso vai ter de ser visto e discutido. Claro que faz sentido proteger os benefícios previdenciá-rios da **inflação**, vários países têm isso, mas ganhos reais decorrentes de aumento do salário mínimo, isso realmente não é comum.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188300?page=1&section=1

Reforma tributária aumenta demanda por gestores temporários

Jacilio Saraiva Para o Valor, de São Paulo

A demanda de lideranças para projetos temporários ligados ã **reforma tributária** nas empresas cresceu 24% entre abril e junho de 2025. As principais razões para o avanço são mais oportunidades para tarefas extras e pontuais (32%), a imprevisibilidade do cenário político-econômico (29%), que pode brecar contratações permanentes; c a demanda urgente por profissionais com características técnicas específicas (25%).

A análise faz parte de uma pesquisa da consultoria Robert Half com 700 profissionais, entre recrutadores e executivos que trabalham por projetos no Brasil. No levantamento, que se concentrou cm gestores que atuam direta ou indiretamente com as mudanças trazidas pela **reforma tributária** nas organizações, a maioria ocupa cargos de gerência ou superior (91,8%) em grandes companhias (56%) da indústria (46%), serviços (37%) e comércio (17%).

"A pesquisa revela que a contratação por projetos temporários é uma alternativa estratégica no contexto da **reforma tributária**", analisa Maria Sartori, diretora de mercado da Robert Half. "Quarenta e dois porcento das vagas abertas para adequação à mudança serão para atividades temporárias, complementando as posições permanentes [que podem representar 58% das colocações disponíveis]."

A consultora diz que o modelo de contratação ganha força pela complexidade da nova norma de **tributos** e pelos picos de demanda de trabalho que devem ser gerados pela troca das alíquotas.

O novo modelo de tributação sobre o consumo passará por uma fase de testes e transição a partir de 2026. A mudança completa do sistema tributário nacional está prevista para 2033, quando serão extintos **tributos** como o ICMS e o ISS. Até lá, serão testadas e entrarão em vigor novas taxas, como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

"[Contratar temporários] permite que as companhias mobilizem profissionais especializados por um período determinado, sem comprometer o "headcount" [número de pessoas que trabalham em uma empresa] fixo", sugere. "É uma solução para empresas sem aprovação de headcount permanente que precisam de agilidade e expertise para desafios pontuais."

O estudo indica que as funções mais procuradas exigem currículos "de alta senioridade especialização". "A lista de profissionais mais buscados aponta uma demanda por experiência estratégica e técnica, a fim de navegar na complexidade da nova legislação, abrangendo de especialistas a cargos de liderança", explica Sartori.

A pesquisa sinaliza a busca por posições como PMO tributário, também chamado de "TMO ou transformation/tax management office" (executivo para gestão de mudança de taxas, do inglês), um perfil relativamente novo no mercado, diz a especialista.

"Esse profissional atua como ponto focal na coordenação da estratégia de adequação fiscal da empresa, gerenciando frentes como compliance, tecnologia, processos c jurídico, além de garantir cronograma, orçamento e entrega de iniciativas ligadas aos novos **tributos**", explica. "Geralmente, tem experiência em projetos fiscais de larga escala, liderança de equipes multidisciplinares e domínio de sistemas fiscais, com reporte direto ao conselho". A remuneração mensal pode chegara R$30 mil.

De acordo com o mapeamento, outras posições em alta para projetos temporários são "tax specialist" (especialista em **tributos** ou consultor tributário sênior), responsável por apoiar trabalhos de transição fiscal, simulações de cenários c gestão de riscos, com salários de até RS 17 mil; e "legal manager" (gerente jurídico tributário), geralmente um advogado tributarista que atua com contenciosos e atividades consultivas, com remuneração mensal de até RS 25 mil.

A diretora da Robert Half chama a atenção para os números da pesquisa que indicam o despreparo das organizações em relação à troca dos **impostos**. "Enquanto apenas 11% das empresas se consideram plenamente confiantes, a metade [50%] acredita que podería estar mais preparada e 37% admitem estar despreparadas para a reforma", compara. "Esses dados são alarmantes, pois a implementação da norma, embora gradual, exigirá ajustes em sistemas, processos e na estrutura de pessoal."

Sartori lembra que, em um cenário com as menores

taxas de desemprego da série história, tanto para a população em geral quanto para profissionais qualificados - 6% c 3%, respectivamente, de acordo o índice de Confiança Robert Half, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - a disputa por talentos especializados pode se intensificar. "As empresas que não se planejarem correm o risco de enfrentar escassez de mão de obra e sobrecarga nas equipes, dada a urgência e a complexidade das mudanças."

Para a executiva, a hora de agir é agora. "As companhias devem dimensionar os impactos financeiros, ajustar estruturas operacionais e formar equipes capacitadas."

Site: https://valor.globo.com/impresso/20250818

Pressão entre bets e empresas

» ISRAEL MEDEIROS

Casas de apostas on-line e representantes de setores da indústria e comércio travam uma batalha nos bastidores do Congresso sobre o futuro da taxação das bets no Brasil. Faltando pouco mais de um ano para o início da cobrança do imposto seletivo - também conhecido como "imposto do pecado" -, que vai incidir sobre as empresas do setor, empresários da indústria e comércio querem que o governo imponha uma sobretaxa às bets já a partir de 2026, com o objetivo de desincentivar as apostas.

O plano é criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a Cide-Bets, com alíquota de 15%, que incidiria diretamente sobre os valores que os apostadores depositam nas plataformas. A ideia tem simpatia de diversos parlamentares e já foi até alvo de emendas à Medida Provisória 1.303/2025. O texto foi editado pelo governo Lula em julho e prevê um aumento da atual taxação de 12% para 18% sobre a receita bruta das empresas.

Empresários alegam que valores bilionários deixam de circular mensalmente na economia brasileira por causa das bets. Segundo dados do Banco Central, o setor de bets movimenta de R$ 20 a R$ 30 bilhões por mês no Brasil. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) divulgou, em janeiro, uma pesquisa que apontou que o comércio deixou de faturar R$ 103 bilhões em 2024 por causa das apostas.

Lobby

O lobby desses setores atua em duas frentes: uma tenta incluir a Cide-Bets na MP 1.303; e outra tenta sensibilizar o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) a incluir a proposta dentro do projeto de lei que aumenta a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês. Ele é o relator do texto. Na semana passada, durante um almoço com empresários, representantes de associações e frentes parlamentares, ele ouviu esses setores, mas disse não ter tomado uma decisão sobre o assunto e deu mais ênfase ao combate ao mercado ilegal.

Segundo Lira, mais de 50% das bets que atuam no Brasil hoje são irregulares e, por consequência, não pagam **impostos**, fato que, segundo o relator, tem sido debatido com o Banco Central e com o Ministério da Fazenda. "Se só essa metade pagasse imposto ou houvesse algum rigor nesses meios de pagamento para coibir essas irregularidades, você já dobraria a arrecadação (com esse setor)", disse Lira.

Para a Fazenda, a existência de um grande mercado ilegal não exclui a necessidade de taxar mais as empresas que operam dentro das regras. Na semana passada, o ministro Fernando Haddad defendeu, na comissão mista que debate a MP 1.303, o aumento da taxação, argumentando que o setor já operou por anos no país sem pagar qualquer imposto.

"Vocês sabem que as chamadas bets ficaram por quatro anos sem pagar **impostos** - quatro anos: 2019, 2020, 2021, 2022, sem pagar **impostos**. Nós encaminhamos, portanto - porque, se uma padaria, uma farmácia, um açougue paga, não faz sentido uma bet não pagar", disse o ministro, argumentando que o setor tem um "faturamento elevadíssimo".

"No nosso entendimento, o tratamento tem que ser coerente com o mesmo que se faz com cigarro, o mesmo que se faz com bebidas alcoólicas; ou seja, o mundo inteiro sabe que algumas atividades devem ser regulamentadas, em virtude até de combater o crime, porque, quando você mantém irregular, você dá espaço para atividades ilícitas, você tem que regulamentar, mas você tem que regulamentar de uma forma que você iniba a pessoa de ter um consumo, seja de entretenimento ou de qualquer outra coisa, acima de patamares considerados lesivos à saúde pública. E a bet, na minha opinião e na opinião de vários especialistas, é um problema de saúde pública, que tem que ser tratado como tal" disse.

Para Mário Sérgio Telles, diretor de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a majoração de 12% para 18% não ajuda a indústria e o comércio. A Ci-de-Bets é necessária, segundo ele, porque os apostadores verão os valores sendo cobrados diretamente no ato do depósito e isso os de-sestimulará. "A nossa proposta é fazer uma incidência sobre o depósito, sobre a o preço do serviço com uma dedução no valor apostado. Hoje o apostador não percebe o efeito dessa incidência de 12%" disse ao Correio.

Ele esclareceu que o setor industrial não é contra as casas de apostas em si, mas tem preocupações com os efeitos do crescimento desse setor. "Óbvio, quando você tem uma atividade econômica que está drenando cada vez mais recursos, isso reduz a disponibilidade dos recursos para outras atividades econômicas. Agora, a atividade econômica, uma vez regulamentada, é legítima. A gente não é contra que

ela exista, o ponto é que é preciso desestimular o consumo desse tipo de serviço" argumentou.

Estrangulamento

A proposta da Cide-Bets ligou um alerta no setor de apostas. Para Fernando Vieira, presidente do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), que representa 75% do mercado regulado no país, a medida causaria um estrangulamento do setor e beneficiaria principalmente o crime organizado."Não é estrangulando o setor de bets reguladas que você vai conseguir resolver o problema de arrecadação. Isso só vai afetar o setor regulado. As bets ilegais vão se tornar mais rentáveis", disse Vieira ao Correio.

"O jogo não vai parar, o que vai acontecer é uma migração maior ainda das pessoas que estão jogando dentro do ambiente regulado para a informalidade, o mercado ilegal. Onde ocorre um velho--oeste, não tem regra de proteção de consumidor, não tem reconhecimento facial para saber se o apostador é maior de idade e os recursos vão abastecer o crime e as fraudes".

O setor tem dialogado com o Banco Central e com a Fazenda - inclusive levando denúncias de serviços ilegais - para tentar retirar serviços ilegais do ar. "Temos dialogado frequentemente com o Banco Central e com a Secretaria de Prêmios e Apostas (do Ministério da Fazenda). Já levamos mais de mil denúncias de empresas ilegais e empresas de pagamento que fazem transações para empresas ilegais" afirmou.

Esses sites, no entanto, são difíceis de rastrear e derrubar definitivamente. A saída é tentar convencer os apostadores dos riscos de apostar nas plataformas irregulares. Para isso, o IBRJ prepara, para os próximos dias, uma campanha publicitária para alertar os consumidores dos riscos de criar contas e de depositar dinheiro nessas plataformas.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/18/all.pdf

CORREIO BRAZILIENSE / DF - OPINIÃO - pág.: A11. Seg, 18 de Agosto de 2025
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A visão embaçada de Trump sobre Brasília (Artigo)

JOSÉ NATAL

JOSÉ NATAL - Jornalista

O presidente americano Donald Trump deve conhecer bem a cidade de Washington, capital de seu país. Inclusive, a considera perigosa e violenta e, segundo ele, parecida com cidades, como Bogotá, Lima, San José da Costa Rica, Cidade do México e Brasília. Mas, com certeza, Trump não conhece nem Brasília nem o Brasil.

E quem passou a ele informações a esse respeito age de má-fé ou deve assumir a incompetência e a irresponsabilidade por ações tão bizarras e absurdas.

Não vamos aqui cansar a paciência do leitor, buscando índices de pesquisas e estatísticas para contra-argumentar sandices desse porte. Longe de ser uma cidade-exemplo em termos de segurança e conforto social, Brasília está a quilômetros de distância em relação a seis ou sete outras metrópoles brasileiras nos quesitos violência e fragilidades. Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Cuiabá e Manaus, entre outras cidades, sabidamente enfrentam problemas dessa natureza há anos, e, mesmo com seguidas providências das autoridades, em muitas delas ainda persistem questões de difícil solução.

A inclusão de Brasília nessa rota de pontuação negativa, caprichosamente citada por Trump, tem o objetivo claro e evidente de azedar ainda mais a conturbada relação momentânea entre Brasil e Estados Unidos, tendo como o pano de fundo o processo em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro. Em seguidas ocasiões, Trump e alguns assessores de seu governo explicitaram a exigência pelo fim do que chamam de perseguição política ao ex-presidente.

Nessa lista de assessores, mesmo que sem crachá que libere a portaria, o nome do deputado Eduardo Bolsonaro é mencionado com robusta consistência. E, nesse pacote de problemas, o anúncio de elevadas taxações de **impostos** a produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos surge como a cereja do bolo para atiçar mais conflitos.

A citação de Brasília nessa rede de intrigas levou o governador Ibaneis Rocha a enviar uma longa carta ao presidente americano. De um lado, o texto discorda das conotações negativas.

De outro, cutuca o governo Lula, que, para o governador, deveria abandonar disputas ideológicas e abrir negociações produtivas na busca de interesses geopolíticos, evitando divergências partidárias.

Em outro trecho, Ibaneis cita que "informações equivocadas possivelmente decorrentes da atual ausência de diálogo" tenham motivado observações tão ruins. Analistas com mais tempo de estrada consultados sobre a resposta do GDF aos equívocos de Trump lembraram que, por ocasião dos episódios lamentáveis de 8 de janeiro de 2023, eles não merecem do governador tanta consideração.

A observação tem sua razão de ser.

O pensador inglês Aldous Huxley, que morreu em 1963 aos 69 anos, citava que "os fatos não deixam de existir simplesmente por serem ignorados". Inúmeros acontecimentos que, nos dias de hoje, perturbam e tiram a tranquilidade do povo brasileiro estão relacionados com a depredação selvagem de prédios públicos naquele ano fatídico, difícil de esquecer. A carta enviada por Ibaneis ao presidente Trump talvez não tenha nem sido lida por ele - nem será.

Nada muito surpreendente se de fato isso acontecer, governantes são assim.

Historicamente, as relações entre Brasil e Estados Unidos nunca foram abaladas e, em muitas oportunidades, os dois países fizeram parcerias em eventos e promoções de interesse comum. O intercâmbio cultural, esportivo e empresarial sempre existiu. É verdade também que o poderio financeiro, o peso da moeda e os encantamentos da modernidade americana em muitas ocasiões exercem o poder de sedução e conquista.

Nada justifica o ambiente hostil que o novo governo americano, sem motivo aparente, insiste em consolidar, trazendo de volta a antiga fama de que brasileiros aceitam uma estranha submissão imposta pelos gringos. Essa conduta é condenável e, contra isso, o Brasil já sinalizou que não vai aceitar. O comportamento de total submissão que a família Bolsonaro vem acelerando a passos rápidos com os

bastidores do governo americano resvala no que há de pior para qualquer entidade que tenha o mínimo de respeito pelo seu país

Site:
https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7708/18-08-2025.html?all=1

Ex-dirigentes defendem incluir CVM na PEC de autonomia do BC

Liane Thedim e Gabriela Guido

Liane Thedim e Gabriela Guido

Do Rio e de Brasília

No centro de uma disputa política por indicações para presidência e diretoria, ex-dirigentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ouvidos pelo Valor defendem que a autarquia seja incluída na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2023, que tem como principal objetivo dar autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central (BC). Atualmente, há uma taxa de fiscalização para a atuação do xerife do mercado dc capitais, com arrecadação anual superior a RS 1 bilhão, mas somente RS 32 milhões foram repassados pelo governo federal em 2024.

"A lei determina que a taxa cobrada tem que ir para o serviço que foi prestado, como é feito na taxa de coleta de lixo e de incêndio, por exemplo. Não é desvinculado como os **impostos**", explica Marcelo Trindade, que presidiu a CVM en tre 2004 e 2007. Para ele, o órgão precisa de mais funcionários e dinheiro para fazer frente ao crescimento do mercado de capitais, que acelerou seu escopo de operação de 2016 para cá e não teve contrapartida do lado da fiscalização. "Há uma erosão da CVM nos últimos anos", afirma o advogado.

Em artigo publicado no Valor na última sexta-feira, Marcelo Barbosa, presidente da autarquia entre 2017 e 2022, defendeu a inclusão da CVM na PEC. "Qualquer proposta de autonomia que não contemple também a CVM, a Susep e a Previc [responsáveis pelos setores de seguros e **previdência complementar** fechada] resultará em disparidade institucional cujos efeitos negativos serão sentidos pelo mercado como um todo", escreveu ele. "Uma mudança restrita ao Banco Central resultaria em indesejável assimetria entre as autoridades reguladoras do sistema financeiro." Barbosa frisa que a tramitação da PEC torna o momento oportuno para esse debate.

No entanto, o assunto não está nos planos do relator da proposta, senador Plínio Valério (PSDB-AM). Ele afirmou na última sexta-feira que "não gostaria" de incluir previsões de autonomia orçamentária de outras autarquias no parecer referente ao BC. A matéria que muda o regime jurídico do BC para uma "instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira" deve ser discutida na Comissão de Constituição cjustiça (CCJ) do Senado nesta quarta, podendo ter sua tramitação destravada na Casa.

Na semana passada, Plínio acatou em seu relatório uma emenda do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que protege o Pix de interferências exteriores à autarquia e impossibilita que esse meio de pagamento seja passado a outros entes públicos ou privados. O relator disse que não pretende mais realizar mudanças em seu parecer, salvo se por sugestão de outros senadores. "Não gostaria [de acatar emendas nessa linha], mas estamos num Parlamento." Das 17 emendas apresentadas pelos senadores, o relator acatou sete integralmente e quatro parcialmente. Seis foram rejeitadas.

De acordo com dados de Barbosa, entre 2016 e 2025, o número de agentes regulados pela CVM subiu de 45 mil para 90 mil, a capitalização de mercado passou de RS 7 trilhões para RS 16 trilhões.

"A taxa não ser direcionada para a CMV é uma ilegalidade", afirma Carlos Rcbello, que foi diretor do órgão em 2018 e 2019 e é funcionário de carreira da autarquia aposentado. "Se a indústria está no estado da arte, o regulador também tem que estar. Fiquei dois anos no colegiado e vi a aflição da equipe com a falta de recursos." Ele ressalta que a indústria de fundos, um dos segmentos que ficam no guarda-chuva da CVM, é grande, por isso, um problema pode causar risco sistêmico na economia.

Nelson Eizirik, outro ex-diretor que atuou entre 1986 c 1988, alerta que, quando apenas uma instituição é equipada, a tendência é "engolir as outras". "Não tem espaço vazio no mercado, é um defeito grave a PEC não tratar de CVM, Prcvic e Suscp." Trindade vai mais além e defende que já nesta proposta seja incluída a discussão de um novo modelo de regulação e fiscalização do sistema financeiro nacional, conhecido como "twin pcaks", do qual é um entusiasta. Usado no Reino Unido e na Austrália, o modelo divide em dois órgãos principais o que hoje é feito pelos quatro. Um fica com a supervisão prudencial e o outro, com a de conduta.

"Como é hoje fica fracionado", diz Trindade, que destaca ser saudável a "tensão" entre os dois reguladores que o modelo provoca. "O prudencial tende ao sigilo, para evitar uma crise de confiança, por exemplo, e tenta alternativas para resolver o problema. E a outra metade quer tornar pública a questão." O advogado defende que a proposta garanta autonomia financeira e orçamentária para CVM, BC, S-sep e Previc, incluindo um prazo de transição para o novo modelo.

Outro ex-presidente da CVM, que pediu para não ser identificado, concorda que essa discussão precisa ser feita, mas pontua que o Brasil não está aberto a ela neste momento. "Queremos reguladores fortes. O mercado de capitais é cada vez mais importante e hojeé mal fiscalizado."

Site: http://www.valor.com.br/

Supremo julga validade de lei que autoriza divulgação de nome de devedor contumaz

Beatriz Olivon

De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, no Plenário Virtual, a validade de norma gaúcha que autoriza a divulgação de nomes de devedores contumazes de ICMS. A Lei n° 13.711, de 2011, instituiu o Regime Especial de Fiscalização (REF), que prevê a publicação de nomes de inadimplentes na página da Secretaria da Fazenda do Estado e de informações sobre a condição de devedor nas notas fiscais emitidas pelas empresas.

Por enquanto, apenas o relator, ministro Nunes Marques, e o ministro Alexandre de Moraes votaram, pela validade da norma. Os demais ministros têm até sexta-feira para votar ou suspender o julgamento. O tema foi levada ao Supremo por meio de ação (ADI 4854) proposta pelo Partido Social Liberal (PSL).

No pedido, o partido alega que o Regime Especial de Fiscalização para contribuintes considerados devedores contumazes, instituído pela Lei n° 13.711, de 2011, regulamentada pelo Decreto n° 48.494, de 2011, viola os princípios constitucionais da liberdade de trabalho e comércio.

Há, segundo o PSL, medidas que implicam exposição pública negativa do nome da empresa no mercado, como a divulgação da lista dos contribuintes submetidos ao REF no portal da Secretaria da Fazenda do Estado, no Diário Oficial e a inclusão deles em cadastro de restrição dc crédito.

Existem ainda restrições operacionais e financeiras, como a perda de regimes especiais de pagamento do ICMS, a exigência de pagamento do imposto no momento da ocorrência do fato gerador, a suspensão do diferimento do imposto e a exigência de informações econômicas periódicas. As medidas, segundo o PSL, seriam desproporcionais.

A norma estabelece ainda que as notas fiscais emitidas contenham a frase "contribuinte submetido a REF (Regime Especial de Fiscalização) com vencimento do ICMS no fato gerador". Além disso, só permite crédito fiscal mediante comprovante de arrecadação.

Ainda segundo a ação, o Estado do Rio Grande do Sul tem realizado o envio de mensagens eletrônicas e feito ligações telefônicas para fornecedores e clientes das empresas informando sobre a situação de inadimplência.

Na ação, o Estado alegou que os contribuintes incluídos no REF representam 0,5% dos contribuintes devedores, o que evidencia a excepcionalidade da medida, reservada aos casos graves e crônicos de inadimplência, quando todas as formas ordinárias e amigáveis de regularização já foram tentadas sem sucesso.

O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) foi admitido como parte interessada (amicus curiae), assim como os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso, Rondônia, Sergipe, Maranhão, Pará, Amazonas e Minas Gerais.

Em seu voto, o ministro Nunes Marques se manifestou pela validade da lei. "Se por um lado o ex cesso de exação pode inviabilizar ou dificultar a atividade econômica, por outro a inadimplência contumaz desequilibra artificial e ilicitamente as condições de livre concorrência, porquanto a tributação constitui custo de qualquer negócio", afirma o relator.

Ainda de acordo com o relator, segundo a jurisprudência do Supremo, não constitui sanção política a submissão de contribuinte a regime fiscal diferenciado em virtude de inadimplemento reiterado. Além disso, para Nunes Marques, não se constatam as hipóteses de cobrança de **tributos** por meios indiretos e coercitivos, vedadas pelo STF cm súmulas (n° 70, n° 323 e n° 547), como a interdição dc estabelecimentos, apreensão de mercadorias e proibição do exercício da atividade profissional.

"Não há qualquer argumento do requerente que demonstre serem desarrazoados os parâmetros estabelecidos no REF; tampouco é possível inferir, em abstrato, interferência direta no exercício de atividade profissional", diz o relator.

Outros Estados, segundo Patrícia Fudo, tributarista e sócia do Maluf Geraigire Advogados, a exemplo do Rio Grande do Sul, têm efetuado esforços nesse sentido.

Atualmente é comum, especialmente em São Paulo, acrescenta, que empresas que deixam de fazer o pagamento do ICMS recebam ligações de auditores fiscais. "São casos em que o contribuinte consegue negociar termos de ajuste de conduta, sob pena de imposição de um regime especial que pode comprometeras suas atividades." O julgamento no Supremo, afirma a advogada, "é temerário". O regime especial pode ser imposto, de acordo com ela, mas deve sempre ser precedido de um processo administrativo com comprovação de dolo e possibilidade de pagamento pelo contribuinte. "Para que a norma não jogue uma pá de cal sobre o empresário que, eventualmente, já está fragilizado e não consegue fazer os pagamentos." Renan Dutra Urban, advogado tributarista do Benites Bettim Advogados, também destaca que outros Estados têm iniciativas semelhantes, refletindo uma tendência nacional de criar mecanismos específicos para lidar com o chamado devedor contumaz. "Cada lei adota critérios objetivos de enquadramento e sanções administrativas distintas, mas todas visam limitar a atuação de devedores contumazes", afirma ele, citando leis similares em vigor no Espírito Santo e em Santa Catarina, e propostas avançadas no Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, a Lei n 12.124, de 2024, define critérios para a caracterização de devedor contumaz e prevê medidas como a exigência de pagamento do imposto no momento da operação e a transferência da responsabilidade de recolhimento para o fornecedor ou cliente.

Em âmbito nacional, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) 164, de 2022.0 texto busca criar uma norma geral para uniformizar critérios e procedimentos em todo o país, evitando distorções entre as unidades federativas.

"Para os contribuintes, as consequências de normas desse tipo costumam ser severas e de grande impacto. O principal efeito comercial é o isolamento no mercado", afirma Urban. Ainda segundo o advogado, ao exigir que a nota fiscal destaque que o crédito de ICMS do comprador só será válido mediante comprovação de pagamento do imposto, "cria-se um desestimulo para que outras empresas comprem do contribuinte enquadrado, transferindo riscos e burocracia para o cliente".

Site: http://www.valor.com.br/

Ao menos R$ 387 bi podem ficar fora da meta com pacote antitarifaço

ALVARO GRIBEL E DANIEL WETERMAN

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai totalizar em seu terceiro mandato pelo menos R$ 387,8 bilhões em gastos não contabilizados na meta fiscal, uma das principais regras das contas públicas no País. O número foi atingido com o pacote de socorro às empresas afetadas pelo tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciado na quinta-feira, que vai retirar R$ 9,5 bilhões da meta até 2026.

O plano de socorro, batizado de Brasil Soberano, vai ter R$ 4,5 bilhões em gastos com aportes em fundos garantidores e R$ 5 bilhões em renúncias de receitas do Reintegra, programa que beneficia exportadores, ambos fora da meta. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), apresentou um projeto de lei complementar para autorizar o governo a fazer essa manobra, que precisa passar pelo crivo do Congresso Nacional.

CRÍTICAS. A medida foi criticada por especialistas, que apontam uma prática recorrente da equipe econômica de burlar a regra em momentos de emergência e diminuir a credibilidade da âncora fiscal. De 2023 a 2026, os gastos fora da meta de resultado primário somarão ao menos R$ 387,8 bilhões, segundo números do Tesouro Nacional analisados por especialistas consultados pelo Estadão.

Procurado, o Ministério da Fazenda informou que 87% do montante "decorre da necessidade de reverter o calote em credores de precatórios aplicado pelo governo Bolsonaro e de aprovar uma PEC de Transição para recompor o represamento artificial de despesas essenciais e cobrir buracos no Orçamento deixado pelo governo anterior".

Fábio Serrano, diretor executivo de Pesquisa Macroeconômica do BTG Pactual, calcula que R$ 334 bilhões estão fora da meta nos três primeiros anos de governo, e estima que pelo menos R$ 55 bilhões em precatórios (dívidas judiciais da União) serão excluídos no ano que vem. Com isso, em quatro anos serão R$ 389,7 bilhões.

O cálculo é similar ao de Tiago Sbardelotto, auditor licenciado do Tesouro e economista da XP Investimentos, que chegou a R$ 387,76 bilhões. Em ambos os casos, o risco é que a conta fique maior, com novas concessões feitas pelo Congresso durante a tramitação da proposta de socorro, e com a proximidade das eleições presidenciais de 2026.

Os valores incluem o reajuste do Bolsa Família feito em 2023 pela PEC da Transição, o pagamento do calote dos precatórios dado no governo Jair Bolsonaro (PL), as medidas de socorro à calamidade climática no Rio Grande do Sul e o ressarcimento de aposentados e pensionistas vítimas da fraude no **INSS**, entre outras despesas. I

JUSTIFICATIVA

87% do valor, segundo a Fazenda, decorre, entre outras razões, "da necessidade de reverter calote em credores de precatórios aplicado pelo governo Bolsonaro"

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Projeção realista do Orçamento para2026 desafia o governo

Lu Aiko Otta e Jéssica SanfAna

O governo enviará para o Congresso Nacional até o fim deste mês o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, com previsão de um saldo positivo de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Será uma proposta mais fácil de fechar no papel, porém difícil de executar na prática, antecipam técnicos.

Para elaborar a proposta, o governo poderá partir do pressuposto que a Medida Provisória (MP) 1.303, que aumenta a taxação sobre bets, fmtcchs cjuros sobre Capital Próprio CJCP), entre outros temas, será aprovada sem modificações e que o Projeto de Lei 1.087, que institui a isenção do Imposto de Renda (IR) para pessoas que ganham até R$ 5 mil por mês, será neutro do ponto de vista da arrecadação. Essas hipóteses otimistas podem ser usadas para elaborar o PLOA porque as duas propostas ainda estão em tramitação no Congresso Nacional.

O governo contará ainda com a arrecadação extra de RS 27,5 bilhões do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) restabeleceu os aumentos propostos pelo governo e revogados pelo Congresso. Essa foi uma "surpresa positiva", disse uma fonte, pois esses recursos já haviam sido excluídos das previsões de receita.

Assim, a expectativa é que não haja grandes dificuldades para fechar a proposta orçamentária do ano que vem, mesmo considerando que ela precisará apresentar superávit, o primeiro do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-se-crctário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, avalia que há risco de o governo repetir o que fez em 2024, quando enviou uma proposta orçamentária para 2025 com receitas que não se concretizaram neste ano.

"O risco que vislumbro é a repetição do cito do ano passado. A peça orçamentária veio recheada de receitas ilusórias, que todos já sabiam que não vingariam. Até mesmo a questão do aumento do Imposto de Renda sobre oJCP estava lá para ajudara fechar as contas", diz, Salto.

Técnicos do governo reconhecem que a realidade, na execução do Orçamento, promete ser bem mais dura do que estará no papel. Em primeiro lugar, porque a MP 1.303 tende a ser desidratada, o que reduzirá a previsão de receitas extras de R$ 20,87 bilhões prevista com todas as ações que constam na medida.

Segundo, porque pode haver frustração na taxação do imposto mínimo sobre pessoas de alta renda, concebida para compensar o que deixará de ser arrecadado pelo fato de a isenção do IR passar para R$ 5 mil por mês. É possível que a versão a ser aprovada pelo Congresso seja igualmentc neutra do ponto de vista fiscal. Mas, na prática, as pessoas de alta renda podem encontrar formas de escapar da tributação, de forma que o resultado seria perda de arrecadação.

Para Salto, a prática de contar com receitas incertas na elaboração da peça orçamentária não é recomendável. "Fia afasta o processo orçamentário da prudência, da razoabilidade c da transparência, princípios maiores para se ter um Orçamento civilizado cj usto", diz o economista.

Há riscos também pelo lado das despesas. Em julho, foi editada uma lei pela qual a fibromialgia passou a ser considerada deficiência. Há receio que a nova norma provoque uma nova onda de requerimentos de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), despesa que já vem preocupando o governo por seu crescimento acima dos limites do novo arcabouço fiscal. Uma das causas do aumento nas concessões é a dificuldade em assegurar que só sejam atendidas pelo programa as pessoas com deficiência incapacitante. Liminares judiciais têm flexibilizado a regra.

Diante clesse quadro, os técnicos já buscam alternativas para cumprir a meta fiscal do ano que vem, que é considerada "desafiadora", por se tratar de um superávit. Uma receita que pode ajudar em 2026 é a decorrente da venda de áreas não contratadas do pré-sal.

O governo incluiu no último relatório de avaliação de receitas e despesas a expectativa de arrecadar RS 15 bilhões com o leilão do pré-sal, previsto para ser realizado em novembro deste ano. Mas técnicos admitem, reservada mente, que essa receita pode ser

adiada para entrar no caixa da União em 2026, porque o governo precisará de mais arrecadação extra em 2026 que neste ano.

Um fato que pode ajudar a jogara receita do petróleo para 2026 é o "faseamento", um cronograma com os valores máximos que podem ser gastos a cada mês pelos ministérios. Esse mecanismo funciona como um congelamento de gastos, o que tem gerado reclamações na Esplanada, mas pode ajudar a equipe econômica a chegar ao fim do ano com dinheiro "sobrando", sem precisar da receita do petróleo.

Outro ponto pendente para 2026 é um reforço no limite de gastos que pode rir da lãoposta de Emenda ü Constituição (PEC) 66, que estabelece nova regra de contabilização dos precatórios. Em um de seus dispositivos, a proposta incorpora de forma permanente no limite de gastos um crédito suplementar aberto neste ano, manobra que abre um espaço fiscal extra de RS 12,4 bilhões para despesas em 2026.

Técnicos do governo descartam alteração da meta fiscal e dizem que será feito o possível para cumpri-la

A PEC eleve ser votada nesta semana no Senado. Se aprovada, técnicos afirmam que o espaço extra será usado para pagar o aumento da despesa com o salário-materni-clacle, que, por decisão do STF, passou a ser direito de trabalhadoras autônomas que tenham feito somente uma contribuição à **Previdência Social**, e não mais dez, como era a exigência anterior.

Para Salto, a meta de 0,25% do **PIB** é "uma quimera". "Não tem como ser alcançada. Sc tudo der certo, se todas as receitas extras se confirmarem, mesmo assim, ainda não seria possível chegar ao superávit prometido, que é o centro da meta. A banda inferior também não ajudaria, tampouco a questão dos precatórios por fora. Hoje, meu cenário é de alteração da meta fiscal, por essas razões", diz o economista da Warren. Técnicos do governo descartam alteração da meta e dizem que o governo fará o possível para cumpri-la.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188300?page=1&section=1

Temas polêmicos na pauta do Legislativo esta semana

Correio Braziliense

A semana do Legislativo promete ser bastante agitada, com temas polêmicos nas pautas do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), deve levar ao plenário para discussão na Comissão-Geral, o projeto que combate a adultização de crianças nas redes sociais.

Apesar de várias matérias tratando da regulamentação das redes sociais estarem tramitando há vários anos no Congresso, o assunto ganhou destaque após denúncias do youtuber e influenciador Felipe Bressanim, conhecido como Felca, sobre como as crianças e adolescentes estão vulneráveis aos esquemas de pedofilia nas redes sociais.

A repercussão do vídeo de 50 minutos que viralizou na internet culminou, na sexta-feira (15/8), na prisão do influenciador Hytalo Santos, acusado de exploração de menores.

O texto em análise, apresentado na terça-feira (12), estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes no ambiente digital, responsabiliza plataformas por conteúdos prejudiciais e determina a retirada imediata de publicações criminosas, mesmo sem decisão judicial. Além disso, cria uma autoridade nacional para fiscalizar e aplicar sanções a empresas que descumprirem a lei - incluindo a suspensão temporária de atividades.

Apesar da pressão de governistas e de entidades da sociedade civil pela aprovação, a proposta enfrenta resistência. A oposição critica, principalmente, dois pontos: a expressão "acesso provável", que poderia ampliar excessivamente o alcance da lei sobre qualquer produto ou serviço digital; e a concentração de poder na futura autoridade nacional, que teria autonomia para punir plataformas.

Para deputados da oposição, esse desenho abre espaço para interferência política e risco de censura. O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), autor do PL 2628/22 - uma das principais propostas que inspiram o debate -, rebate as críticas. Em entrevista recente ao Correio , Vieira defendeu a urgência da votação: "Não existe liberdade de expressão para criminosos ou pedófilos. [...] Esta é uma legislação que se aplica a usuários, crianças e adolescentes, e não se aplica a adultos. Portanto, não há o que se falar em censura, cerceamento de liberdade ou alguma indução ideológica. Protelar isso a pretexto de alguma batalha ideológica gera graves riscos.", afirmou.

O senador buscou diálogo com a Frente Parlamentar Evangélica e com o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que inicialmente demonstraram reservas, para esclarecer que o texto não afeta manifestações políticas.

A decisão de Hugo Motta de pautar a votação ainda nesta semana é vista como uma tentativa de dar resposta rápida a um problema que mobilizou a opinião pública. Inicialmente, o presidente da Câmara pretendia criar um grupo de trabalho para unificar mais de 60 propostas já apresentadas sobre o tema, mas a repercussão do caso Hytalo Santos acelerou o processo.

O debate sobre adultização das crianças ganhou repercussão nacional após o vídeo de Felca, que denunciou a exposição de menores em conteúdos monetizados nas redes sociais e acumulou mais de 44 milhões de visualizações.

Em entrevista ao programa Altas Horas , no sábado, o influenciador defendeu que crianças não devem produzir conteúdo digital sem supervisão, porque é muito fácil para ela sair de uma animação para um ambiente não apropriado. "A criança não deve produzir conteúdo na internet. Internet é um ambiente para adultos", disse. E, ontem, no Fantástico , revelou que vivenciou "dias de trevas" ao pesquisar o tema na internet. Ele contou que foi ameaçado de morte pela exposição de Hytalo Santos. "Eu mantenho cautela, mas estou fazendo algo que é mais importante do que eu", afirmou, acrescentando que não pretende parar.

Além do projeto contra a adultização infantil, a semana no Congresso será movimentada, pois está prevista a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O colegiado terá o senador Omar Aziz (PSD-AM) na presidência e o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) na relatoria.

Nos bastidores, a composição é vista como favorável ao governo, frustrando planos da oposição de

"desgastar" o Palácio do Planalto. Em entrevista ao Correio, publicada no domingo, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, disse que está tranquilo para depor na CPMI, mas demonstrou preocupação com a escalada da polarização após o tarifaço dos Estados Unidos sobre o Brasil. "Estou animado do ponto de vista de que nós temos uma boa história para contar, favorável ao governo", garantiu. Contudo, admitiu que está preocupado com o cenário político contaminar a CPMI. "Vai ser muito difícil lidar com uma comissão parlamentar de inquérito num ambiente de tensionamento político que tem se escalado", afirmou.

Outros temas previstos para esta semana no Congresso estão: a instalação e apresentação do plano de trabalho sobre a proposta que extingue a escala de trabalho 6x1 na subcomissão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/25 e a discussão sobre infraestrutura, fomento e sandbox regulatório, com representantes do governo, empresas de tecnologia e academia propostas no PL 2338/23, na Comissão Especial de Inteligência Artificial No Conselho de Ética, está previsto o sorteio de nomes para compor a lista tríplice que definirá o relator do processo contra o deputado André Janones (Avante-MG). (Colaborou Aline Gouveia)

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

?

Apesar de várias matérias tratando da regulamentação das redes sociais estarem tramitando há vários anos no Congresso, o assunto ganhou destaque após denúncias do youtuber e influenciador Felipe Bressanim, conhecido como Felca, sobre como as crianças e adolescentes estão vulneráveis aos esquemas de pedofilia nas redes sociais.

Para deputados da oposição, esse desenho abre espaço para interferência política e risco de censura. O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), autor do PL 2628/22 - uma das principais propostas que inspiram o debate -, rebate as críticas. Em entrevista recente ao Correio , Vieira defendeu a urgência da votação: "Não existe liberdade de expressão para criminosos ou pedófilos. [...] Esta é uma legislação que se aplica a usuários, crianças e adolescentes, e não se aplica a adultos. Portanto, não há o que se falar em censura, cerceamento de liberdade ou alguma indução ideológica. Protelar isso a pretexto de alguma batalha ideológica gera graves riscos.", afirmou.

O senador buscou diálogo com a Frente Parlamentar Evangélica e com o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que inicialmente demonstraram reservas, para esclarecer que o texto não afeta manifestações políticas.

O debate sobre adultização das crianças ganhou repercussão nacional após o vídeo de Felca, que denunciou a exposição de menores em conteúdos monetizados nas redes sociais e acumulou mais de 44 milhões de visualizações.

Além do projeto contra a adultização infantil, a semana no Congresso será movimentada, pois está prevista a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O colegiado terá o senador Omar Aziz (PSD-AM) na presidência e o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) na relatoria.

Outros temas previstos para esta semana no Congresso estão: a instalação e apresentação do plano de trabalho sobre a proposta que extingue a escala de trabalho 6x1 na subcomissão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/25 e a discussão sobre infraestrutura, fomento e sandbox regulatório, com representantes do governo, empresas de tecnologia e academia propostas no PL 2338/23, na Comissão Especial de Inteligência Artificial No Conselho de Ética, está previsto o sorteio de nomes para compor a lista tríplice que definirá o relator do processo contra o deputado André Janones (Avante-MG). (Colaborou Aline Gouveia)

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

?

Site:
https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/08/7228555-temas-polemicos-na-pauta-do-legislativo-esta-semana.html

Previdência alertou para imprecisão de estimativa de gastos no Orçamento de 2025

Idiana Tomazelli

O Ministério da **Previdência Social** alertou a equipe econômica sobre a imprecisão das estimativas de gastos com benefícios incluídas na avaliação do Orçamento do terceiro bimestre, dada a desconsideração de fatores que vão pressionar a despesa na segunda metade do ano.

A pasta manteve a previsão de despesas com benefícios previdenciários em R$ 976,9 bilhões, mesmo valor indicado no relatório do segundo bimestre. A conta total, incluindo sentenças judiciais e compensações devidas a estados e municípios, também ficou praticamente inalterada, em R$ 1,032 trilhão. Sob esse cenário, o governo liberou R$ 20,6 bilhões que estavam travados no Orçamento .

Segundo a Previdência, as estimativas não incluem os impactos da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que isenta mulheres de carência (período mínimo de contribuição) para receber o salário-maternidade . Tampouco consideram os efeitos da redução da fila de espera do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) sobre os gastos.

O avanço das revisões de benefícios , disse a pasta, pode amenizar parte das pressões. Ainda assim, técnicos da área econômica reconhecem que a tendência é haver novos bloqueios de despesas livres (como custeio e investimentos) para compensar a expansão dos gastos obrigatórios -que incluem os gastos com Previdência.

"No presente momento, a imprecisão natural da estimativa é agravada pelo fato da mesma ser realizada a partir de despesas realizadas ao longo do primeiro semestre, sendo que o cenário das concessões e cessações de benefícios para o segundo semestre deve ser bastante distinto e incerto", diz nota técnica que subsidiou a avaliação bimestral, obtida pela Folha por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação).

Um integrante do governo afirma que têm havido "evidentes oscilações" no ritmo de análises e concessões de benefícios, o que prejudica as estimativas. No ano passado, o Executivo encerrou o período com um gasto previdenciário R$ 29,9 bilhões maior que o previsto originalmente no Orçamento. Neste ano, mesmo com as imprecisões, a diferença já está em R$ 16,7 bilhões.

Como revelou a Folha , o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) agiu para segurar as concessões de novos benefícios no fim de 2024 , o que elevou o estoque de requerimentos a um pico de 2,7 milhões .

O represamento afetou a dinâmica dessas despesas nos primeiros cinco meses de 2025, quando elas cresceram 6,4% em relação a igual período do ano passado -em linha com a correção pela **inflação**, o ganho real do salário mínimo e a expansão mais tímida da base de beneficiários.

Segundo a nota técnica, o estoque de benefícios emitidos apresentou uma estabilidade incomum de julho de 2024 a maio de 2025, ao redor dos 34,3 milhões. Nesse intervalo, as concessões até caíram de novembro de 2024 a janeiro deste ano, quando os artifícios para segurar a fila estavam em vigor.

Em junho de 2025, a tendência mudou drasticamente. O estoque alcançou 34,7 milhões de beneficiários, na esteira da aceleração das concessões de novos benefícios (707 mil em maio e 630 mil em junho).

A despesa mensal, de R$ 103,3 bilhões, ficou 14,3% acima do observado em igual mês de 2024, já descontando da base de comparação gastos extras realizados com beneficiários gaúchos durante as enchentes no ano passado. Os dados de julho ainda não foram divulgados.

"A retomada do crescimento das concessões após janeiro somente se manifesta de forma relevante no estoque de benefícios a partir de junho. Essa estabilidade, incomum em relação a essa variável, associada ao aumento observado em junho, sugere que, provavelmente, no segundo semestre o estoque volte a apresentar um crescimento", diz a nota técnica da Previdência.

No saldo do primeiro semestre, a alta da despesa foi de 7,9%. Esse foi o dado considerado pela Previdência para fazer as projeções. A fila, porém, ainda estava elevada, em 2,4 milhões no fim de junho, o que deixa espaço para que as concessões se mantenham em alta até o fim do ano.

A decisão do STF sobre o salário- maternidade , por sua vez, deve custar entre R$ 2,3 bilhões e R$ 2,7 bilhões neste ano, considerando a implementação da medida a partir de julho. O governo disse que ainda não incluiu o valor nas estimativas porque o ritmo de concessão do benefício daqui para frente é uma incógnita. Em 2026, a expectativa é que a despesa extra deve ficar em R$ 12 bilhões .

"Dada a incerteza sobre o comportamento dos segurados, especialmente os que podem pedir os benefícios negados nos últimos cinco anos, não é possível incorporar essa variável na despesa estimada para o ano, embora seja certo que haverá um incremento na concessão administrativa de salários-maternidade", afirma o documento.

Um especialista em Previdência avalia, sob reserva, que não incorporar o impacto do salário-maternidade é questionável, uma vez que a decisão já foi tomada pelo STF. Em sua visão, seria prudente que o governo já acomodasse o valor dentro do Orçamento, ainda que fosse necessário revê-lo para mais ou menos nos próximos meses.

Na direção oposta, a Previdência citou a mudança nas regras do auxílio-doença via Atestmed (sem perícia presencial) como um fator que pode resultar em menor velocidade de concessão desse benefício específico.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, avalia que as projeções do governo ainda estão subestimadas. "A redução da fila de requisições de benefícios, que pouco andou nos últimos meses, deve colocar pressão sobre essas despesas no segundo semestre", diz.

Segundo ele, a decisão do STF sobre o salário-maternidade também tem um impacto relevante, embora difícil de se estimar, dada a possibilidade de trabalhadoras que tiveram o pedido negado no passado entrarem com recurso com base na nova interpretação. "Nesse caso, o ideal seria o governo adotar uma postura conservadora e revisar para cima a projeção da despesa", afirma.

Para Sbardelotto, o governo precisará elevar a estimativa de gastos previdenciários em R$ 2 bilhões a R$ 3 bilhões -um valor bem menor do que o aumento de R$ 16,7 bilhões que o Executivo precisou acomodar em sua primeira reavaliação , em maio, mas ainda assim significativo considerando a necessidade de fazer cortes em outras políticas.

Nas contas da XP, o novo bloqueio deve ficar na casa dos R$ 5 bilhões, devido não só à Previdência, mas também ao crescimento das despesas com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/08/previdencia-alertou-para-imprecisao-de-estimativa-de-gastos-no-orcamento-de-2025.shtml

IA avança no campo da saúde mental, mas não substitui o contato humano

A inteligência artificial tem avançado rapidamente no campo da saúde, trazendo inovações importantes, especialmente na área da saúde mental. No Brasil, esses avanços se mostram promissores ao permitir um monitoramento mais preciso de sintomas, suporte em tempo real e análises que auxiliam profissionais de saúde na tomada de decisões clínicas.

Aplicativos inteligentes já ajudam a identificar sinais precoces de transtornos como ansiedade, depressão e até riscos de autolesão, ampliando o acesso a cuidados para quem enfrenta dificuldades em buscar atendimento presencial.

No entanto, apesar dessas possibilidades, há limites claros que a tecnologia ainda não pode ultrapassar. A escuta humana, o vínculo terapêutico construído entre paciente e psicólogo, e o compromisso ético de garantir o bem-estar emocional permanecem insubstituíveis.

A regulação da IA na saúde mental no Brasil ainda está em desenvolvimento e aponta para a necessidade de modelos onde a supervisão humana seja sempre parte fundamental do processo. A inteligência artificial deve ser encarada como uma ferramenta de apoio, e não um substituto dos profissionais de saúde mental.

Esse equilíbrio é urgente e necessário diante dos dados preocupantes no país. Segundo informações do **INSS**, em 2023 mais de 288 mil afastamentos do trabalho foram motivados por transtornos mentais e comportamentais, número que supera até mesmo os picos registrados durante a pandemia.

Isso evidencia a crescente demanda por cuidados em saúde mental no Brasil e reforça o papel vital dos profissionais capacitados para estabelecer vínculos genuínos de escuta e cuidado, elementos que nenhuma máquina pode replicar por completo.

A inteligência artificial pode, portanto, ser uma aliada poderosa para ampliar o acesso e a eficiência dos tratamentos, mas sempre deve andar junto do acolhimento humano, do respeito à ética e da compreensão profunda das necessidades emocionais das pessoas.

O futuro da saúde mental deve ser uma parceria harmoniosa entre tecnologia e humanidade, onde o cuidado compassivo e a sensibilidade clínica continuem no centro do processo terapêutico, garantindo um verdadeiro bem-estar emocional para todos.

Assista ao vídeo com Jussara Dias, psicóloga clínica parceira da Vetor Editora, empresa da Giunti Psychometrics.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude-mental/ia-avanca-no-campo-da-saude-mental-mas-nao-substitui-o-contato-humano,1c8afbf95b6c7266b8d4012e9b4df365zkx759l4.html

Sinal amarelo nas contas externas - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

As contas externas do Brasil entraram no radar de economistas e investidores. No acumulado cm 12 meses, o déficit em conta corrente aumentou significativamente desde o começo do ano passado, saltando da casa de 1 % do **PIB** para 3,4% do **PIB** ate junho deste ano. Já o volume de investimentos estrangeiros diretos no país (IDP), tido como um fluxo mais confiável de financiamento externo, tem sido insuficiente para cobrir o rombo cm conta corrente, que mostra as transações de bens, serviços e rendas com o exterior. As reservas internacionais, por sua vez, não são mais superiores à dívida externa bruta do país, embora ainda sejam elevadas, somando hoje um pouco menos de US$350 bilhões.

A situação não c dramática, mas a folga que havia nas contas externas nos últimos anos ficou para trás. Isso pode colocar pressão no câmbio em algum momento, ou no mínimo impedir uma valorização adicional do real que seria bem-vinda, por aliviar a **inflação** e, com isso, possibilitar cortes mais expressivos da Selic. Num momento em que o Brasil tem um dos maioresdéficits fiscais do mundo, com o resultado nominal (inclui despesas com juros)

podendo fechar o ano acima de 8% do **PIB**, é desconfortável que a situação externa também fique na berlinda, ainda que o quadro das contas públicas seja muito mais preocupante. A solidez das contas externas é especialmente importante para o país atrair investidores estrangeiros, que se sentem mais seguros em apostarem economias sem dificuldades de financiamento externo.

Pai a 2025, estimativas recentes de bancos e consultorias apontam para um déficit em conta corrente de 3% do **PIB** ou um pouco mais. Com isso, o Brasil deverá ter um dos maiores rombos nesse indicador entre os principais países emergentes, considerando as projeções de abril do Fundo Monetário Internacional (FMI). De um grupo de 18 dessas economias, apenas a previsão para as Filipinas supera os 3% do **PIB**, atingindo 3,4% do **PIB** em 2025. Entre os países do Brics, a China e a Rússia devem ter superávits na casa de l,9%do **PIB**, enquanto a índia deve ter um rombo de 0,9% do **PIB** e a África do Sul, de 12% do **PIB**. Pai a a Turquia, um país que frequentemente tem déficits em conta correntes elevados, o FMI projeta um buraco de 1,2% do **PIB**.

Entre o segundo trimestre de 2014 e o fim de 2015, o Brasil teve déficits em conta comente entre 3,9% e 4,5% do **PIB** no acumulado em 12 meses, números bastante elevados.

A expectativa atual é que o buraco nas contas externas não chegue a esses níveis no segundo semestre deste ano c no ano que vem, mas recentes revisões de bancos e consultorias apontam para um déficit maior do que o projetado há alguns meses. O efeito das tarifas de 50% impostas pelos EUA sobre produtos brasileiros levou a reduções no saldo comercial previsto para 2025 c 2026, com impacto sobre as projeções do resultado em conta corrente. Os preços mais baixos de commoclities também afetam negativamente as perspectivas para as exportações.

A XP baixou a estimativa do saldo comercial neste ano de US$ 57,5 bilhões para US$ 52,3 bilhões, o que ajuda a explicar a piora no déficit em conta comente projetado pai a 2025, de US$ 65,7 bilhões, ou 2,9% do **PIB**, para US$ 73,5 bilhões, ou 3,2% do **PIB**. A mudança também incorporou o aumento nos primeiros meses do ano de US$ 2,6 bilhões no déficit em renda primária, que inclui juros, lucros e dividendos. Pai a 2026, a XP mudou a projeção de 2,7% pai a 2,9% do **PIB**.

A expectativa de um crescimento mais fraco em 2026 contribui para as est imativas de um déficit em conta corrente um pouco menor no ano que vem, por reduzir o ritmo das importações. O Santander projeta rombos de 3,1% do **PIB** neste ano e de 2,9% do **PIB**

no ano que vem, próximos aos da XP. Ao tratar do resultado em conta comente, o banco destaca o déficit na conta de serviços, que está no nível mais alto desde 2015, "na esteira do aumento do consumo de serviços digitais", uma tendência vista como estrutural.

Outro fator que chama a atenção dos analistas é que, cm 12 meses, o volume de investimentos estrangeiros diretos, voltados para atividades produtivas, deixou de cobrir o déficit cm conta corrente. Até junho, nessa base de comparação, o IDP ficou cm US$ 67 bilhões, abaixo dos US$ 73,1 bilhões do rombo nas transações de bens, serviços c rendas com o exterior. Uma dúvida é se a crise entre Brasil c EUA poderá afetai"cm

alguma medida o fluxo de investimentos diretos de empresas americanas para cá, o que ampliaria a distância entre o rombo na conta corrente e o volume de IDP.

Por f m, as reservas internacionais deixaram de superar a dívida externa bruta. Em junho, as reservas eram de US$ 344 bilhões,o equivalente a 94,6% do endividamento externo bruto do país. É um percentual ainda elevado, mas os ativos em moeda foite deixam de cobrir as dívidas, um sinal de que as contas externas estão um pouco menos saudáveis.

Por enquanto, a expectativa dos analistas é de que o déficit em conta corrente não deverá rumar para a casa de 4% do **PIB** ou mais, um nível mais preocupante, que podería diminuir com mais força a disposição dos estrangeiros de investir no país. A situação inspira cuidados, mas não há uma crise das contas externas. Além disso, aumentaram as apostas de que o Federal Reserve (Ped, o banco central americano) deverá cortar os j uros a partir do mês que vem, uma boa notícia para as moedas de países emergentes, que já têm se beneficiado do enfraquecimento do dólar no mercado internacional.

Nesse cenário, o mais prudente é o governo resistir â tentação de aumentargastos públicos, o que estimula a atividade econômica e, com isso, pressiona as importações, afetando as contas externas. Medidas para reduziras incertezas fiscais são importantes para abrir espaço para o Banco Central (BC) antecipar o começo do ciclo de queda da Selic e cortar mais a taxa, diminuindo assim as despesas financeiras do setor público. O risco a ser evitado é ter um rombo em conta corrente crescente combinado a um déficit público elevado e uma dívida pública cm trajetória de alta a perder de vista.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188300?page=1
&section=1

LDO ficará para setembro

A votação do relatório final do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026 deve ficar para setembro, depois do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) pelo governo federal ao Congresso Nacional até o fim de agosto. Na semana passada, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) atualizou o calendário de tramitação do PLDO.

Segundo o cronograma, os parlamentares poderão apresentar emendas ao projeto até o dia 26 de agosto. Depois, será feita a votação do relatório final na CMO entre 28 de agosto e 2 de setembro.

Se aprovado, ele será encaminhado para a votação em plenário até 3 de setembro. Para isso, o presidente do Senado, Davi Alcolum-bre (Uniào-AP), precisa convocar uma scssào conjunta do Congresso, o que ainda não foi feito.

A CMO já votou o relatório preliminar da LDO, que estabelece as principais diretrizes para o Orçamento, pouco antes do recesso informal, em 16 de julho. Nesse documento, o relator, deputado federal Gervásio Maia (PSB-PB), seguiu as principais diretrizes estabelecidas pelo Executivo, como a meta de superávit primário de 0,25% do **PIB**.

O presidente da CMO e líder do União no Senado, Efraim Filho (PB), havia se comprometido a recuperar parte do atraso do calendário de votação das matérias orçamentárias pelo Congresso por meio da votação do PLDO até o envio do PLOA pelo governo. Procurado pelo Valor, Efraim não retornou. ÀTV Senado, o senador disse trabalhar para votar o PLOA de 2026 até, no máximo,dezembro.

A LDO de 2025 foi aprovada somente em dezembro de 2024 c, como consequência, a aprovação da LOA de 2025 aconteceu só no fim de março deste ano. Há, entretanto, pressa para aprovar as matérias orçamentárias de 2026, uma vez que os parlamentares têm interesse no pagamento das emendas antes do período eleitoral.

Como pano de fundo para a demora na aprovação da LOA deste ano estava o imbróglio da execução das emendas ao Orçamento, superado momentaneamente pela aprovação de resoluções pelo Congresso que atendiam às decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Para as matérias orçamentárias do ano que vem, por causa dessas adequações, as comissões deverão votar c registrarem ata as emendas apresentadas, junto com quem indicou o recurso.

Site:
https://valor.globo.com/virador/#/edition/188300?page=1&section=1

RECURSOS - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Os recursos financeiros, arrecadados na conta **Seguridade Social** e disponibilizados em orçamento próprio, não podem e nem devem ser utilizados para suprir, socorrer, outros programas de governo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é muito bem explícita quando consagra três áreas para serem beneficiadas com esses recursos: saúde, assistência social e **previdência social**. Retirá-los ou transferi-los para outros fins, entendem aposentados e pensionistas, contraria os dispositivos constitucionais. Por esse motivo, reiteram a reivindicação para eliminar, definitivamente, o mecanismo Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU.

RENOVAÇÃO

A renovação desse mecanismo até 2032, como propõe o deputado federal Moses Rodrigues (União-CE), não tem justificativa que possa convencer aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Como sempre estamos relatando, esse procedimento impede que as três áreas que compõem a **Seguridade Social** cumpram, com a eficiência determinada na Carta Magna, as atribuições de suas competências. Portanto, reafirmam suas convicções de que os recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social** devem ser aplicados exclusivamente em saúde, assistência social e **previdência social**.

INADIMPLÊNCIA

A inadimplência das pessoas idosas com 60 anos ou mais está ligada, principalmente, ao empréstimo consignado em folha de pagamento e à redução dos proventos das aposentadorias e pensões, cujos reajustes anuais desde setembro de 1991, há 34 anos, foram desvinculados do mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. Não fosse essa inexplicável ação dos responsáveis pelo Sistema Previdenciário brasileiro, certamente, essa informação seria transmitida de outra forma. Não adianta facilitar na concessão do consignado, com redução de juros e aumento no número de prestações. A solução está na aprovação do Projeto de Lei n°4434/2008, regularizando um malfeito de décadas.

AUDITAGEM

Uma auditagem na conta **Seguridade Social**, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), seria muito bem recebida. Assim ficaríamos sabendo, exatamente, o quanto foi retirado para ocorrer outras despesas

de governo, sem a respectiva devolução ao Orçamento da **Seguridade Social**, confirmando-se as informações constantes das análises que nos oferece anualmente a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) e Fundação **Anfip** e reconhecendo-se o superávit existente, suficiente para cobrir todas as despesas decorrentes com saúde, assistência social e principalmente as de **previdência social**, cuja falácia de deficitária e insustentável, com certeza absoluta, desapareceria e livraria aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, do desconforto e aflição.

PL-4434/2008

O Projeto de Lei n°4434/2008 está engavetado na Câmara Federal, aguardando a disposição dos deputados federais para apreciação, votação e aprovação há 16 (dezesseis) anos. A insensibilidade dos nossos representantes naquela Casa Legislativa para com os aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), é marcante e inconcebível, pois demonstra o desinteresse na solução de um problema que vem afligindo cidadãs e cidadãos brasileiros, prejudicados perversamente pela omissão dos legisladores. Vale repetir: já aprovado, por unanimidade, no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da própria Câmara Federal, no exercício de 2009.

IMPLACÁVEIS

Os governos têm sido implacáveis com a **Previdência Social** e, logicamente, com os aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A retirada de recursos financeiros dessa área acontece há dezenas de anos sem que seja feita a reposição do que foi retirado para aplicação em outros programas governamentais. Com esse procedimento reprovável sacrifica-se e penaliza-se milhões de brasileiras e brasileiros, participantes e contribuintes da **Previdência Social**, tornando a vida desses cidadãos e cidadãs insustentável, motivada pela redução sistemática dos seus proventos. Redução esta proveniente da desvinculação do mesmo reajuste percentual aplicado ao salário mínimo. Injustiça!

ENVELHECER

"Antigamente, envelhecer era sinônimo de problemas, doença, solidão. Hoje não é mais. Com os cuidados certos, na hora certa, você vai enfrentar essa fase no maior alto astral. Alegre, saudável, bonita(o) e cheia(o) de energia"! (Livro Saber Envelhecer).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138739-1808202510%20-%2023cc2774e8fc438967947a294591cecb.pdf